

## **CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA**

### **1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA**

Aos 11 dias do mês de agosto de 2017, às 09h00min horas na Sala de Reunião do Instituto de Previdência Social do Município de Betim - IPREMB, situado à Avenida Amazonas, 1354, 4º andar, Bairro Brasileia – Betim reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Previdência – CMP, nomeados conforme o Decreto nº. 40850 de 31 de julho de 2017, dentre os quais: 1) Ellen Ises Mendes – titular representante do Poder Executivo e Presidente do CMP; 2) Lúcio de Oliveira Costa – titular representante do Poder Executivo e seu suplente José Eustáquio Pinto; 3) Cirilo Moreira Júnior – titular representante do Poder Executivo; 4) Margareth Melo Rezende Butori – titular representante do Poder Legislativo; 5) Neirilan de Fátima Carvalho – titular representante do Poder Legislativo; 6) Marco Aurélio Gonçalves de Oliveira – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Administração (SINDSERB); 7) Adriana Correia de Queiroz – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Saúde (SINDSAÚDE); 8) José Ivan Palma Souza – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE); 9) Mauro Silva Reis – titular representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB) e 10) Servio Tulio Sendin – titular representante dos servidores inativos e pensionistas. Pelo IPREMB o senhor Renato Diniz Lanza – Presidente; a senhora Camila Francisca Nolasco – Chefe de Divisão de Contabilidade; a senhora Isabela Ferreira Lara – Chefe da Auditoria e Controle Interno; o senhor Rômulo Ernane Batista Silva – Chefe da Divisão de Investimentos e a senhora Helenice Quaresma Silva, que foi designada pelos Presidentes para secretariar o Ato. Determinou-se como pauta: 1) LOA 2018 – Proposta Orçamentária da Previsão da Receita e Fixação da Despesa do Ipremb para o exercício de 2018. O Presidente Renato inicia a reunião e passa a palavra a chefe da Divisão de Contabilidade Camila, que apresenta os quadros de previsão de receitas e despesas dos dois últimos anos, bem como do 1º semestre de 2017, assim como a estimativa para o ano de 2018, para realização de comparativos. O conselheiro Cirilo aponta que houve redução no que se refere à previsão de gastos com folha de pagamento. O presidente do Instituto Renato justifica que a redução ocorreu em virtude do retorno, para o município, de diversos servidores que estavam cedidos ao instituto, em sua maioria, com muitos anos de carreira, o que tornava o

valor das despesas com os mesmos mais acentuado, ressaltando também a extrema necessidade de realização de um concurso público para o IPREMB, tendo em vista o reduzido quadro de servidores, e cuja convocação, de servidores em início de carreira, será menos dispendiosa para o Instituto, cuja explanação obteve a concordância dos demais conselheiros. O conselheiro Cirilo pergunta qual é o posicionamento do IPREMB em relação a outros RPPS e o presidente Renato responde que o IPREMB, frente aos demais regimes próprios de previdência do país, ocupa uma das primeiras colocações em RPPS's, e aponta a busca permanente de melhorias, citando, na oportunidade, uma viagem que será realizada por uma equipe composta por 8 (oito) servidores deste Instituto, ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joinville – Ipreville, que está entre os maiores do país, visando conhecer a estrutura do mesmo. Retornando à análise das planilhas apresentadas pela chefe da Divisão de Contabilidade, o conselheiro Servio Tulio também cita a redução da previsão de gasto com folha de pagamento para o ano de 2018, e a chefe da Divisão de Contabilidade Camila explica que os valores apresentados são próximos, sendo apenas uma estimativa, e que os mesmos podem ser alterados posteriormente de acordo com a necessidade, no caso, por exemplo, de ocorrência de reajuste salarial, sendo importante neste momento, apenas abrir as dotações orçamentárias, e que as variações dos valores em todas elas, podem ocorrer a qualquer momento. O presidente Renato informa que uma das grandes dificuldades do instituto é a captação das contribuições dos servidores cedidos a outros órgãos sem ônus para o município ou ainda, de servidores em gozo de licença sem vencimentos. O conselheiro Cirilo informa que o município tem recebido ações de cobrança de valores de contribuições não recebidas. A chefe da Divisão de Contabilidade Camila informa que o processo de cobrança dos servidores cedidos tem funcionado da seguinte forma: o IPREMB cobra a contribuição ao Município por meio de ofício, que por sua vez, é o responsável por cobrar a contribuição do órgão cessionário. Foi citado ainda que atualmente já é cláusula componente dos convênios de cessão de servidores, sem ônus para o município, quando formalizados, que a contribuição previdenciária deve ser recolhida e repassada ao IPREMB. A conselheira Margareth pergunta desde quando se condiciona no termo de convênio sobre este repasse. O conselheiro José Ivan registra a dificuldade de controle, pelo IPREMB desse tipo de contribuição, tendo em vista que nem sempre que os servidores são cedidos os convênios são formalizados e regularizados, que a liberação dos servidores, muitas das vezes ocorre apenas de forma verbal, sem nenhum controle, o que gera um desequilíbrio financeiro nas contas do IPREMB devido a falta de repasse de forma correta. Aponta também que a

partir do ano de 2009 é que passou a constar a cláusula que trata dos repasses previdenciários no convênios formalizados. Registra a necessidade de se realizar um levantamento de todos os convênios de cessão de servidores existentes visando à busca da regularização dos repasses previdenciários. O conselheiro Mauro Reis diz que tem muitos problemas que tiveram início no passado e que persistem até o momento, principalmente no âmbito da Secretaria Municipal de Educação. O conselheiro Cirilo pontua a necessidade de acompanhamento pelo IPREMB, com relação à formalização/regularização dos convênios de cessão de servidores, em parceria com a Secretaria Adjunta de Administração e a Superintendência de Recursos Humanos do Município. Outra problemática existente é com relação ao reajuste de vencimentos, pois os órgãos cessionários não são informados dos novos valores, sobre os quais incidirá o desconto previdenciário. A presidente do CMP Ellen Ises informa a necessidade de agendamento de uma reunião com a Secretaria Adjunta de Administração, representante da PROGEM e do IPREMB para levantamento dos casos e proposta de tomada de decisão para solucionar os problemas levantados. A chefe da Divisão de Contabilidade Camila retoma a fala, respondendo o questionamento do conselheiro Servio Tulio, informando que a Previsão das Receitas de Contribuição tiveram uma redução em relação ao previsto no ano anterior para ficar mais próximo do que foi realizado nos dois últimos anos. O Conselheiro José Eustáquio analisa que houve uma queda no decorrer dos meses com relação às receitas arrecadadas no primeiro semestre de 2017. Foi esclarecido pela chefe da Divisão de Contabilidade Camila que tal queda ocorreu devido a falta de repasse das Contribuições Patronais de Novembro, Dezembro e 13º Salário de 2016 e Janeiro a Abril de 2017. Os meses de Janeiro e Fevereiro de 2017 tiveram uma arrecadação melhor que os meses seguintes pois o Município quitou as guias de Parcelamentos de Novembro e Dezembro de 2016 que estavam em aberto. A queda apresentada no mês de maio se justifica pela crise instalada em nível nacional, instaurada a partir do dia 17/maio, o que refletiu significativamente nos rendimentos realizados nas aplicações financeiras pela Divisão de Investimentos. Atualmente a contribuição patronal encontra-se regularizada, não havendo nenhum débito pendente entre o Município e o Instituto. A chefe da Divisão de Contabilidade Camila dá sequência à apresentação dos relatórios de receitas e despesas, explicando o que significa cada uma das dotações. Quando apresentada a dotação denominada "Outras Receitas", foi explicado pela Chefe da Divisão de Contabilidade Camila que se trata de Outras Receitas creditadas em conta do Ipreamb e que não é possível identificar a origem da transação, ou seja, se é um repasse de cedidos ou outras verbas. O conselheiro José Ivan questiona se a contribuição de

servidores em licença sem vencimentos também entra nessa rubrica e a Chefe da Divisão de Contabilidade Camila informa que deste caso é mais fácil de identificar, pois o próprio servidor é que se manifesta solicitando emissão da guia para pagamento. Quanto à questão dos parcelamentos feitos pelo município, o presidente Renato informa que o repasse atual é de aproximadamente R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) mensais, distribuídos em 7 (sete) parcelamentos: 2 (dois) parcelamentos feitos na gestão passada, 4 (quatro) repactuados e 1 (um) parcelamento novo. O conselheiro José Ivan pergunta qual o maior prazo existente nos parcelamentos e o presidente Renato informa que é de 240 (duzentos e quarenta) meses. Informa ainda que os reparcelamentos foram necessários para que houvesse a possibilidade de pagamento da dívida, que estava chegando num patamar impagável, uma vez que a situação desde o início da dívida estava se tornando uma "bola de neve". Informa que o impacto maior está no primeiro parcelamento e que viajou até Brasília, ao Ministério da Previdência Social, para negociar, onde conseguiu tornar o parcelamento justo e pagável. Comunica que o que se fez, na ocasião, foi alongar o prazo dos parcelamentos, aumentando a quantidade das parcelas e diminuindo a taxa de juros, tornando possível ao município proceder ao pagamento. O conselheiro Mauro Reis e o presidente Renato explanaram sobre a origem da dívida, que teria tido início desde a criação do regime próprio de previdência, cujo ano exato ao qual se deveria recolher do município ainda não se definiu. Assim, todo esse passivo do Município seria referente às contribuições previdenciárias que ficaram pendentes desde a criação do regime próprio de previdência até o momento do seu efetivo repasse ao IPREMB, bem como da parte recolhida do servidor. A presidente do CMP Ellen Ises cita ainda outro problema ocorrido antes da criação do regime próprio de previdência, que seria o recolhimento que era efetivado em prol do IPSEMG, quando os servidores acreditavam estar contribuindo para a previdência, porém a cobertura era apenas para assistência médica. O conselheiro Cirilo comenta que as previsões do orçamento do IPREMB para 2018 parecem reais e que não irão impactar no orçamento do Município. A conselheira Margareth ressalta que os valores existentes nos cofres do IPREMB, sendo este uma autarquia, são recursos próprios, composto por dinheiro do servidor contribuinte e questiona se a proposta apresentada, enviada para votação e aprovação na Câmara Municipal, pode ser objeto de emenda proposta por vereadores. O conselheiro Cirilo responde que sim, citando exemplo de uma emenda que determinasse uma possível contratação para serviços de perícias médicas, uma vez que o SESMT, órgão que até então realiza referido serviço, está relutante em continuar executando-o, tendo em vista o IPREMB se tratar de uma autarquia e,

portanto, ter sua independência, não estando vinculado ao município. Todavia, o presidente Renato informa que não é necessário que o Instituto acate modificações, porém ao não fazê-lo, deve-se apresentar uma justificativa plausível. A Chefe da Divisão de Contabilidade ressalta a necessidade de urgência de aprovação pelo CMP, da LOA 2018, uma vez que a proposta ainda tem que ser enviada ao município, sendo que o orçamento do IPREMB é apenas uma pequena parte que será consolidado ao orçamento Geral do Município e posteriormente enviado para aprovação da Câmara Municipal. A conselheira Margareth menciona a construção do aeroporto em Betim e informa que foi pedida uma audiência pública pelo vereador Palmerinho para discutir o assunto. Perguntado se o instituto foi convidado a participar, o presidente Renato informa que até o presente momento não foi oficialmente convocado e nem convidado a participar. O chefe da Divisão de Investimentos Rômulo pergunta à conselheira Margareth se tal convocação ocorrerá, uma vez que até o momento as informações divulgadas são meramente especulativas. A conselheira Margareth explica que quando é pedida audiência pública o vereador faz todo o roteiro para a mesma, convida todas as entidades de classe, chamados na ocasião de "atores principais", tais como representantes do Ministério Público, representantes do executivo, servidores, talvez representantes de sindicatos. Salienta a importância da divulgação da realização de tal Chamamento Público para que o maior número de pessoas possa ser esclarecido sobre a questão. O presidente Renato informa que a possível participação do IPREMB já foi explicada na reunião conjunta dos conselhos Municipal e Fiscal de Previdência, ocorrida no dia 8 de agosto e expõe sua insatisfação quando, por vezes, é parado e questionado por pessoas/servidores que não estão esclarecidos quanto ao assunto e o interrogam em tom ofensivo. Reafirma que caso haja participação do IPREMB, o mesmo entraria como cotista do aeroporto, (após uma análise criteriosa do Comitê de Investimentos do IPREMB, em documentações, fundo, banco, operador, administrador), se assim for viável financeiramente para o IPREMB, porém que toda manifestação no momento não passa de suposição. Analisa que caso a participação do IPREMB venha a se concretizar, o custeio por parte do Instituto não ultrapassaria 2% (dois por cento) do valor de seu patrimônio líquido. O conselheiro Cirilo ressalta que o ideal para manter o equilíbrio para o Instituto em longo prazo seria a realização de concurso público que aumentaria o valor arrecadado com as contribuições previdenciárias, crescendo sempre a receita, e não há que se falar em recalculando o valor inicial da dívida. A chefe da Divisão de Contabilidade Camila inicia a explanação quanto à previsão de despesas para o ano de 2018. Tendo em vista várias previsões para o próximo ano abarcarem despesas para a nova sede do instituto, a conselheira

Margareth pergunta se há realmente o desejo de construção da mesma. O presidente Renato responde que sim, que o desejo tanto do instituto quanto dos servidores é a construção da nova sede ou mesmo a aquisição de um imóvel que seria adaptado, mas sempre priorizando a sustentabilidade e a rentabilidade. O conselheiro Mauro Reis sugere que, em se falando em doação de terreno pelo município, que pudesse ser destinado à construção da nova sede, poderia se analisar o terreno onde funcionava a Seção de Oficina da Prefeitura, localizado na Rua Rio de Janeiro, no centro da cidade. O presidente Renato pondera que tão logo exista alguma definição quanto à doação de terreno ou construção da nova sede do instituto, o CMP será convocado para discussão. A chefe da Divisão de Contabilidade Camila prossegue informando que o visível aumento da previsão das despesas se dá pela intenção da construção da nova sede, o que geraria gastos em diversas rubricas, ou seja, além de aquisição de imóvel ou mesmo adaptação de imóvel já construído haverá, ainda, o gasto com aquisição de equipamentos e material permanente. A chefe da Divisão de Contabilidade menciona que outra despesa que foi contemplada na estimativa para o ano de 2018, foram valores a serem pagos com o cartão alimentação, cuja implantação está sendo analisada pela presidência. Questionado pela conselheira Margareth quanto ao valor do referido cartão, o presidente Renato informa que ainda não existe definição e que tudo será estudado. O conselheiro Mauro Reis manifesta seu voto pela aprovação da LOA 2018 em razão de todas as explicações apresentadas. O conselheiro Marco Aurélio questiona o que significa a despesa "Outros Serviços de Terceiros". A chefe da Divisão de Contabilidade Camila explica que existem "Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Física", que acoberta despesas, como por exemplo, de aluguel do imóvel onde funciona o Instituto, e existem "Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica", que acoberta despesas com Serviços de Locação de Veículo, Locação de Impressoras, Conta de Luz e Telefone, dentre outras. O conselheiro Lúcio aponta que o valor destinado à despesa com material permanente para 2018 ficou muito mais elevado. O presidente Renato frisa que as novas instalações contarão com equipamentos modernos, tendo em vista que muito do maquinário do instituto já se encontra defasado, e que uma vez comprados no orçamento do ano de 2018, nos próximos anos já não mais comporão os valores das despesas, ou seja, o valor será elevado em uma única vez, e futuramente voltarão às estimativas habituais, mais baixas. A conselheira Margareth sugere a criação de um grupo de whatsapp para o CMP e a presidente do CMP Ellen Ises expõe a necessidade de se manter o objetivo para o qual o grupo será criado, sendo o mesmo um grupo de trabalho. A presidente Ellen Ises sugere fechar a pauta quanto a LOA 2018 e proceder à votação dos conselheiros e

após passará à pauta proposta pelo chefe da Divisão de Investimentos Rômulo, que também deverá ser votada pelo CMP, e que tratará dos dois pontos citados na reunião do dia 8 de agosto, alteração da política de investimentos e alteração da Carteira de Investimentos de própria para mista. A presidente Ellen Ises pergunta se algum dos conselheiros tem algum outro esclarecimento a fazer sobre as previsões apresentadas, obtendo resposta negativa. Neste momento a Previsão da Receita e Despesa para 2018, para composição da LOA 2018 foi aprovada por unanimidade. Passada a palavra ao chefe da Divisão de Investimentos Rômulo o mesmo inicia falando que conforme citado na reunião do dia 8 de agosto, existem dois pontos sobre alterações na política de investimentos que carecem da votação e aprovação dos conselheiros. Primeiramente coloca em discussão a proposta de mudança da gestão da Carteira de Investimentos do Instituto, passando de gestão própria para gestão mista, o que daria mais eficiência devido à expertise dos profissionais que atuariam em prol do instituto. O conselheiro Mauro Reis pede a palavra frisando que na gestão mista a equipe contratada estaria mais apta a compulsar as informações do mercado, tendo em vista dedicarem-se exclusivamente a esse ramo de atividade, reforçando a explicação do Rômulo. Assim, mais uma vez o chefe da Divisão de Investimentos Rômulo explica que a mudança se dará apenas na forma de gestão da Carteira de Investimentos. Explica também que a meta atuarial para 2017 é IPCA+6%, e que caso não haja essa mudança no modo de gestão da Carteira de Investimentos essa meta dificilmente será alcançada. Assim, na gestão mista, haverá toda uma agilidade na administração da Carteira de Investimentos, operada por um Banco de Investimentos, que será contratado após uma minuciosa análise das propostas apresentadas e devendo se adequar e ser fiel aos objetivos do Instituto, no alcance da Meta Atuarial. Informa que foram feitas análises que demonstraram que a gestão mista da Carteira de Investimentos dará maior agilidade e transparência aos procedimentos o que tornará possível o alcance da meta. A conselheira Margareth diz ser fundamental essa mudança e que a necessidade se dá pelo fato da equipe do instituto ser mais vulnerável enquanto os profissionais contratados possuem toda a expertise de mercado para realizar as operações, levando em conta ainda, a quantia considerável que será movimentada. Questiona se o instituto poderá recuar, caso analise que seu objetivo não esteja sendo alcançado e o chefe da Divisão Rômulo explica que é possível romper a qualquer momento, que não existe prazo para o contrato firmado. Salaria mais uma vez a menor eficiência da equipe da Divisão de Investimentos obter os melhores resultados, pois os operadores a serem contratados ficam completamente voltados para os mercados financeiros, às vezes analisando até

8 (oito) telas ao mesmo tempo, enquanto a equipe da Divisão de Investimentos não tem todo o conhecimento, o tempo disponível e as demais condições para um acompanhamento tão eficaz. Informa ainda que nenhuma operação será realizada sem o aval da equipe do instituto, que continuará sendo a gestora da Carteira de Investimento, e a instituição contratada será apenas operacional. Informa também que o alcance do índice IPCA+6 nas aplicações de renda fixa é inalcançável no momento, que tal meta só seria possível num ambiente de total risco, sendo que o objetivo do instituto é o de preservar o capital, portanto não realizará operações de grande risco. O conselheiro Lúcio questiona acerca dos poderes que serão repassados os operadores na procuração e quanto ao percentual do capital a ser investido. O chefe da Divisão de Investimentos Rômulo informa que não será assinada procuração, que o instrumento legal que regulará será um contrato e que os valores aplicados serão determinados pelo Comitê de Investimentos. Informa que para as aplicações de renda fixa em títulos públicos existe liquidez, ou seja, caso o desempenho não seja o esperado, estas poderão ser retiradas a qualquer momento. O conselheiro José Eustáquio pergunta qual será a periodicidade de acompanhamento da movimentação das aplicações, se será feito de forma mensal e o chefe da Divisão de Investimentos Rômulo informa que o acompanhamento é diário. Quanto ao segundo ponto para votação dos conselheiros, o chefe da Divisão de Investimentos Rômulo propõe a alteração do limite de alocação dos recursos da Carteira de Investimentos, que atualmente segue os percentuais estabelecidos pela gestão passada, adotando-se a partir de então os percentuais estabelecidos pela Resolução 3922/2010, do Conselho Monetário Nacional – CMN. Uma vez que o assunto já foi esclarecido na reunião do dia 8 de agosto e considerando que não houve, no momento, questionamentos por parte dos conselheiros sobre o mesmo, houve aprovação, também por unanimidade das mudanças propostas pela Divisão de Investimentos, passando a se adotar a gestão mista da Carteira de Investimentos e os percentuais estabelecidos pela Resolução 3922/2010, do CMN para alocação dos recursos da mesma. Tendo discutido todos os itens de pauta e sem nada mais a acrescentar, segue com a presente Ata para registro e assinatura dos Conselheiros presentes.

Ellen Ises Mendes – Presidente do Conselho Municipal de Previdência

Lúcio de Oliveira Costa – titular representante do Poder Executivo

José Eustáquio Pinto – suplente representante do Poder Executivo

Cirilo Moreira Júnior – titular representante do Poder Executivo

Margareth Melo Rezende Butori – titular representante do Poder Legislativo

Neirilan de Fátima Carvalho – titular representante do Poder Legislativo

Marco Aurélio Gonçalves de Oliveira – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Administração (SINDSERB)

Adriana Correia de Queiroz – titular representante dos servidores ativos da Saúde (SINDSAÚDE)

José Ivan Palma Souza – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE)

Mauro Silva Reis – titular representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB).

Servio Tulio Sendin – titular representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB).

## Representantes do IPREMB

Renato Diniz Lanza – Presidente

Camila Francisca Nolasco – Chefe de Divisão de Contabilidade

Isabela Lara Ferreira – Chefe da Auditoria e Controle Interno

Rômulo Ernane Batista Silva – Chefe da Divisão de Investimentos

Helenice Quaresma Silva – Secretária para o Ato